



montanhas
de investigação
Laboratório Colaborativo

CADERNO DE ENCARGOS

Designação da Operação
AJUSTE DIRETO_AD.MORE.03.2025

Aquisição de serviços de engenharia no âmbito do projeto “Circular Systemic Water-Energy-Food-Ecosystems (WEFE) Nexus CCRI Demonstrator for Regions facing Severe Water Stress – CisWEFE-NEX”.

fevereiro de 2025

Índice

PARTE I- CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a Tipologia do Procedimento	3
Cláusula 2. ^a Objeto do Procedimento	3
Cláusula 3. ^a Entidade Adjudicante	3
Cláusula 4. ^a Contrato	3
Cláusula 5. ^a Prazo	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR	4
Cláusula 6. ^a Obrigações principais do prestador	4
Cláusula 7. ^a Conformidade dos serviços	4
Cláusula 8. ^a Entrega do produto final resultado dos serviços objeto do contrato	4
Cláusula 9. ^a Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	4
Cláusula 10. ^a Dever de sigilo	5
Cláusula 11. ^a Prazo do dever de sigilo	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA MORE	5
Cláusula 12. ^a Preço contratual	5
Cláusula 13. ^a Condições de pagamento	5
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	5
Cláusula 14. ^a Penalidades Contratuais	5
Cláusula 15. ^a Força maior	6
Cláusula 16. ^a Resolução por parte da Entidade Adjudicante	7
Cláusula 17. ^a Resolução por parte do Prestador	7
CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	7
Cláusula 18. ^a Foro	7
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	7
Cláusula 19. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual	7
Cláusula 20. ^a Comunicações e notificações	7
Cláusula 21. ^a Contagem dos prazos	7
Cláusula 22. ^a Legislação aplicável	8
Cláusula 23. ^a Gestor do contrato	8
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	8
Cláusula 24. ^a Enquadramento	8
Cláusula 25. ^a Caracterização dos serviços e fases de desenvolvimento	8
Cláusula 26. ^a Quantidade e descrição do(s) serviço(s)	8
Cláusula 27. ^a Montante máximo da proposta	9

PARTE I- CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a | Tipologia do Procedimento

O tipo de procedimento em causa é Ajuste Direto, nos termos do artigo 20.º n.º 1 al. d) do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, doravante designado de CCP.

Cláusula 2.^a | Objeto do Procedimento

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de engenharia.

A aquisição objeto deste procedimento realizar-se-á de acordo com as condições estipuladas no presente Caderno de Encargos, convite e respetivos anexos.

Cláusula 3.^a | Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a MORE – Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação, Associação, NIPC 514 840 960, com sede no Edifício Brigantia EcoPark, Av. Cidade de León, 506, 5300-358 Bragança.

Cláusula 4.^a | Contrato

1. O contrato é reduzido a escrito e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, bem como pelos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do art.º 101.º do CCP.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, se a eles houver lugar e desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f. Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 5.^a | Prazo

1. O prazo de execução do contrato inicia-se com a data da assinatura do contrato e mantém-se em vigor no máximo de 3 meses sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da Entidade Adjudicante ou a requerimento da Entidade Adjudicatária devidamente fundamentado e acordado entre as partes.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR

Cláusula 6.^a | Obrigações principais do prestador

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador a obrigação de prestar todos os serviços identificados na sua proposta.

Cláusula 7.^a | Conformidade dos serviços

1. O prestador obriga-se a prestar à Entidade Adjudicante os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos tipificados na Parte II do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições, com vista aos resultados pretendidos.
3. O prestador é responsável perante a Entidade Adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento da sua conclusão.

Cláusula 8.^a | Entrega do produto final resultado dos serviços objeto do contrato

1. O produto final resultado dos serviços prestados deverá ser entregue ao gestor do contrato identificado na cláusula 23.^a, mediante agendamento prévio com o mesmo.
2. O prestador deve disponibilizar, aquando da entrega, todos os documentos em língua portuguesa, espanhola ou inglesa, que sejam necessários ao manuseamento do produto final resultante da prestação dos serviços.
3. Com a conclusão dos serviços objeto do contrato e obtenção do respetivo resultado, ocorre a transferência da posse e da propriedade deste último para a Entidade Adjudicante, bem como todos os riscos associados, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o prestador.

Cláusula 9.^a | Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. Caso não se comprove a total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos elencados na Parte II deste Caderno de Encargos, cabe à Entidade Adjudicante informar, por escrito, o prestador.
2. No caso previsto no número anterior, o prestador deve proceder, à sua custa e no prazo razoável determinado pela Entidade Adjudicante, às retificações ou substituições necessárias à operacionalidade dos serviços e ao cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Uma vez realizadas as retificações e/ou substituições necessárias pelo prestador, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante realizará novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.^a | Dever de sigilo

1. O prestador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.^a | Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA MORE

Cláusula 12.^a | Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. Todas as despesas e custos, bem como documentos/autorizações legais inerentes aos serviços objeto do contrato são da responsabilidade do prestador.

Cláusula 13.^a | Condições de pagamento

1. A quantia devida pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção, pela Entidade Adjudicante, da ordem de pagamento e/ou respetivas faturas.
2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados na ordem de pagamento e/ou faturas, deve esta comunicar ao prestador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a disponibilizar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Observado o disposto no n.º 1, a Entidade Adjudicante pagará por meio de transferência bancária.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.^a | Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do prestador o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. Pelo incumprimento das datas e prazos na prestação do(s) serviço(s) objeto do contrato, até 25% do valor contratual, calculado da seguinte forma:

Valor do contrato x dias de atraso ÷ 250 = Penalidade.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador, a Entidade Adjudicante pode exigir uma pena pecuniária de até 50% do valor contratual.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante considerará: a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador e as consequências do incumprimento.

5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é considerado como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Entende-se por força maior, as circunstâncias que, alheias à vontade da parte afetada e sem que esta as pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, impossibilitem a realização das obrigações.

3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador, na parte em que intervenham;
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;
- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador não devidas a sabotagem;
- g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a | Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, o atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a três meses.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 17.^a | Resolução por parte do Prestador

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 18.^a.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos (por remissão- art.º 451.º do CCP).

CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 18.^a | Foro

Em caso de litígio o foro competente é o da Comarca de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.^a | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Cláusula 21.^a | Contagem dos prazos

Salvo diferente menção expressa, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.^a | Legislação aplicável

1. As normas do presente Caderno de Encargos prevalecem sobre quaisquer indicações com elas desconformes.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável em vigor.

Cláusula 23.^a | Gestor do contrato

Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, é designado o seguinte gestor do contrato em nome da Entidade Adjudicante: Alexandre Fradeira Gonçalves.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 24.^a | Enquadramento

No âmbito do projeto “Circular Systemic Water-Energy-Food-Ecosystems (WEFE) Nexus CCRI Demonstrator for Regions facing Severe Water Stress – CisWEFE-NEX”, surgiu a necessidade de aquisição de serviços de engenharia a fim de garantir o cumprimento dos objetivos investimentos propostos e aprovados em candidatura.

Cláusula 25.^a | Caracterização dos serviços e fases de desenvolvimento

- I – Descritivo dos equipamentos;
- II – Fluxograma;
- III – Layout básico 2D com dimensões;
- IV - Descritivo de funcionamento.

Cláusula 26.^a | Quantidade e descrição do(s) serviço(s)

Quantidade	Serviço
1	Serviço de engenharia: <ul style="list-style-type: none">- Descritivo dos equipamentos;- Fluxograma;- Layout básico 2D com dimensões;- Descritivo de funcionamento.

Cláusula 27.^a | Montante máximo da proposta

O valor base, conforme convite, é de 12.000,00€ (doze mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

O Diretor Executivo da MORE



✉ **geral@morecolab.pt**

☎ **+351 300 081 998**
(chamada para rede fixa nacional)

🔗 **www.morecolab.pt**

